

Ida do Brasil ao FMI já é admitida pelo governo

Mais cedo ou mais tarde, o Governo Brasileiro terá que se render à realidade e procurar o Fundo Monetário Internacional para chegar a um acordo sobre a dívida externa. Esta é a convicção que começa a imperar nos mais importantes gabinetes de decisão do Governo.

Hoje, a maior dificuldade do presidente José Sarney é superar o discurso político que considera qualquer acordo com o FMI um ato que viola a soberania nacional e que provoca recessão. Veio do próprio Sarney, sábado passado, uma declaração que dificulta essa reviravolta no processo de renegociação da dívida: "O Brasil não vai ao FMI".

INTERMEDIÁRIO

Importantes áreas do Governo estão convencidas de que renegociar a dívida é um processo complexo e demorado. Exige do país devedor uma estratégia pa-

ra explicar aos credores — no caso brasileiro, os bancos internacionais, principalmente — a política econômica interna, as perspectivas de desempenho da balança comercial e as formas de combate ao déficit público, entre outros parâmetros da economia.

A negociação direta com o Fundo facilitaria e apressaria todo o processo. O FMI, na visão de setores governamentais, é o único intermediário cuja avaliação técnica da performance econômica dos países devedores é aceita sem reservas pelos credores. Se concluísse um acordo com o FMI, o Brasil teria condições de obter as mesmas vantagens — prazos maiores e juros menores — que devedores como Argentina e Chile conseguiram recentemente.

PLANO

Esta nova concepção — a ida ao FMI não é um mal por si só — de encarar a

divida não implica, contudo, a aceitação da ideia de que o País vai se submeter à recessão para acertar com os credores. Pelo contrário. O Brasil está disposto a apresentar ao FMI um plano de ajustes internos que estabelece como premissa o crescimento do Produto Interno Bruto. Tal plano nem chegou à fase de estudos, no entanto.

As dificuldades políticas para vender à opinião pública a ideia de que o Brasil deve ir ao FMI vão ser superadas pouco a pouco. Os resultados — ou ausência de — da viagem por três continentes do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, mostram que "politizar" a renegociação da dívida é uma estratégia difícil.

A ideia é, primeiro, abandonar a retórica de rejeição ao FMI, para depois, em caráter sigiloso, manter os primeiros contatos com os técnicos da instituição que vigia as finanças dos devedores.